

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica projeta receita maior com dividendos 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Majoria no STF é contra contador na execução fiscal 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf livra de tributação pagamentos a clube de futebol para vendas em estádio 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Há consenso no PT sobre nova regra fiscal" 6

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes tenta retomar negociação para turbinar Bolsa Família em meio a tensão institucional
(congresso nacional) 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo fala em 'devolver' R\$ 47 bi em impostos 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforma do IR penaliza debênture incentivada 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Precatórios são a bola da vez 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Defesa do diálogo e da pacificação 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Investidores devem seguir desconfiados 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Racionamento ameaça recuperação do PIB - MERCADO S/A 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Os riscos da infraestrutura (Editorial) 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Pacheco diz esperar que tom de nota de Bolsonaro se mantenha 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª
ECONOMIA

Ninguém aprende que é jogo repetitivo, Bolsonaro vai voltar a radicalizar 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Escalada golpista de Bolsonaro já prejudica projetos de Tarcísio 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O embate político na economia (Artigo) 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Para privatizar Eletrobras, governo cria estatal 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Com Selic em alta, crédito privado é estrela da vez na renda fixa 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Estudo aponta PIB potencial abaixo de 1% no ano que vem 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

INPC mais alto reduz "folga" no teto de gastos para R\$ 10 bi 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Orçamento deve ter alta de R\$ 18 bi em despesas devido à alta do indexador 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Recuperação na UE ganha força, mas pode não durar 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Crises periódicas obrigam à nova revisão do setor elétrico (Editorial) 33

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Falta de apoio militar freou radicalização, diz cientista político 34

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Dinheiro, política e democracia - BRUNO CARAZZA 35

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
POLÍTICA

"Investidores veem Brasil como pária" 36

Equipe econômica projeta receita maior com dividendos

Mariana Ribeiro e Edna Simão

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Maioria no STF é contra contador na execução fiscal

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Carf livra de tributação pagamentos a clube de futebol para vendas em estádio

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

"Há consenso no PT sobre nova regra fiscal"

Daniel Rittner e Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Guedes tenta retomar negociação para turbinar Bolsa Família em meio a tensão institucional (congresso nacional)

Fábio Pupo

O ministro Paulo Guedes (Economia) quer tentar retomar a negociação de prioridades da pasta com outros Poderes, em meio à crise institucional provocada pelo presidente Jair Bolsonaro .

O objetivo é costurar um acordo que viabilize a expansão do Bolsa Família. Para isso, Guedes busca aprovar no Congresso a flexibilização do pagamento em 2022 de R\$ 89,1 bilhões em precatórios (dívidas da União reconhecidas pela Justiça). O ministro tenta, com as discussões, abrir espaço orçamentário para medidas como o Auxílio Brasil, que substituirá o Bolsa Família.

A tentativa de novas conversas é feita em meio a incertezas sobre como fica a agenda da pasta devido ao ambiente político tumultuado, embora publicamente a nota de apaziguamento de Bolsonaro seja usada para dizer que "tudo voltou aos trilhos".

Há temor citado na equipe econômica de que a PEC (proposta de emenda à Constituição) enviada pelo governo ao Congresso para parcelar os grandes precatórios e economizar R\$ 33,5 bilhões em 2022 pode não conquistar votos suficientes .

Articuladores citam o fato de PECs demandarem apoio de três quintos dos parlamentares (ou seja, de 49 senadores e 308 deputados). A última de interesse do Executivo votada no Congresso, a do voto impresso, foi barrada na Câmara por obter 79 votos aquém do necessário -mesmo sendo defendida pessoalmente por Bolsonaro.

No caso dos precatórios, a PEC tem enfrentado resistência entre a oposição e também entre parte dos especialistas que apontam inconstitucionalidade da matéria. Eles afirmam que o texto fere cláusulas pétreas da Carta Magna -o que o governo nega.

Diante das resistências, uma nova PEC passou a ser sugerida pelo vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM). A ideia é tirar precatórios do teto de gastos, mas o Ministério da Economia resiste à solução.

Já uma saída via Judiciário, que não era um consenso na Corte antes, ficou ainda prejudicada pelas ameaças de Bolsonaro ao STF no 7 de Setembro. Interlocutores do Judiciário intensificaram o discurso de que o caminho não deve ser dado pelo Tribunal.

A posição foi reforçada pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, em entrevista à Folha . " Não me parece que sejamos nós o 'locus' desse tipo de questão, de maneira inicial ", afirmou, dizendo que a Corte deve analisar o assunto posteriormente no caso de um questionamento sobre a solução encontrada.

Guedes confirmou a interferência do 7 de Setembro nas negociações. "Eles [STF] estavam nos ajudando, quando veio esse barulho [ameaças de Bolsonaro]. E agora estamos de volta ao mesmo lugar de antes", afirmou Guedes na sexta-feira (10) a investidores.

Se ficar sem a flexibilização nos precatórios, o governo vai ter que encontrar outra maneira de acomodar despesas no Orçamento e se aproxima de um estouro mais flagrante da regra do teto de gastos (que tem como objetivo impedir o crescimento real das despesas federais).

O chefe da equipe econômica sinalizou que iria conversar com Congresso e STF para encontrar uma solução para os precatórios nesta semana. Mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou neste domingo (12) que não havia ainda conversa agendada.

"A reunião ainda não está marcada, mas é muito importante que aconteça a evolução da solução do problema dos precatórios. É um problema grave que enfrentamos e precisa ser solucionado pelos Poderes", afirmou Pacheco.

Guedes não desistiu de uma saída via Judiciário, por considerá-la mais rápida e simples do que a PEC no Congresso e por ver a saída como segura juridicamente. Ao mesmo tempo, governo e aliados passaram a usar nas últimas semanas (e durante o fim de semana) uma espécie de pressão sobre o STF para que ele respalde uma solução, sob pena de a

Corte ficar com a imagem de quem barrou recursos para os mais necessitados.

Na equipe econômica, o mesmo tipo de estratégia é usado de maneira mais sutil. De acordo com essa visão, o respaldo do STF diminuiria a sensação entre apoiadores de Bolsonaro de que a Corte não colabora com o presidente -e, por isso, um acordo ajudaria em uma pacificação

Além dos precatórios, pressiona a equipe econômica a fatura com a **inflação**. O projeto de Orçamento de 2022 foi enviado com uma estimativa de 6,2% para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), mas o fechamento ao fim do ano é que vai determinar o reajuste de despesas obrigatórias.

Os preços continuam subindo no país e, como cada ponto percentual acima do projetado eleva os gastos em 2022 em aproximadamente R\$ 8 bilhões, já se fala no governo em uma despesa de R\$ 16 bilhões a R\$ 18 bilhões acima da projetada na proposta de Orçamento.

Ainda é preciso acomodar os números do Bolsa Família, já que o governo demanda até R\$ 20 bilhões para o programa social -conforme sinalizado há meses. Mas a proposta de Orçamento para 2022 já está no limite do teto de gastos, mesmo com dados defasados de **inflação** e sem expansão para o programa social.

Em seguida na lista das prioridades de Guedes está a proposta do governo que altera o Imposto de Renda. Ela foi aprovada pela Câmara e agora depende do Senado, que sinaliza resistências ao texto.

Para pressionar o avanço dos temas, governo e aliados começaram a subir o tom da argumentação afirmando que as medidas são necessárias para os mais pobres da população . O discurso tanto do governo como de aliados no Congresso é que quem se opor às propostas ficará contra os mais necessitados e a justiça social no país.

De acordo com o defendido por essas pessoas, seria preciso aprovar o projeto do Imposto de Renda para corrigir a tabela das pessoas físicas, elevar o teto de isenção e taxar dividendos; já a flexibilização dos precatórios abriria espaço orçamentário para um Bolsa Família turbinado .

Esse tipo de argumentação, no entanto, ignora (no caso do Bolsa Família) que o governo e o Congresso poderiam ter aberto espaço orçamentário dentro do teto de gastos de outras maneiras -como em um esforço para revisar e cortar despesas em outras frentes.

A agenda econômica tem mais conforto na Câmara, que inclusive já aprovou diferentes medidas de interesse do Executivo -como a proposta do Imposto de Renda, uma minirreforma trabalhista e a privatização dos Correios.

Líder do governo na Casa, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) afirmou que o ambiente continuará favorável. "Vamos votar tudo", disse nos últimos dias.

Grande parte dos temas, inclusive, já foi votada pela Casa. Das grandes reformas, restaria a administrativa (que altera regras para servidores) -mas ela não é mais vista como prioridade nem pela equipe econômica.

No Senado, a situação é mais delicada. Já havia reclamações no governo antes do 7 de Setembro sobre a falta de apoio e os trabalhos da CPI da Covid . A minirreforma trabalhista defendida pelo governo foi derrotada, gerando reclamações no Executivo.

Além disso, Pacheco defende que a **reforma tributária** seja feita por meio de um texto amplo de autoria do Senado, sinalizando resistência ao projeto do Imposto de Renda aprovado pela Câmara e defendido pelo governo.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/guedes-tenta-retomar-negociacao-para-turbinar-bolsa-familia-em-meio-a-tensao-institucional.shtml>

Governo fala em 'devolver' R\$ 47 bi em impostos

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Reforma do IR penaliza debênture incentivada

*Rita Azevedo, Talita Moreira e Raphael Di Cunto De São
Paulo e de Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187004?page=1§ion=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1)

Site:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187004?page=1§ion=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1)

Precatórios são a bola da vez



JORGE VASCONCELLOS

O governo deve conhecer com mais clareza, nesta semana, os efeitos políticos da divulgação da "Carta à Nação", na qual o presidente Jair Bolsonaro recuou das ameaças que fez ao Supremo Tribunal Federal (STF) nos atos do feriado da Independência. Nos próximos dias, a maior prioridade da equipe econômica será a retomada do diálogo com a Corte para solucionar o impasse sobre o pagamento dos precatórios - dívidas da União reconhecidas pela Justiça e que preveem para 2022 uma despesa de R\$ 89 bilhões, o equivalente a 65% acima dos R\$ 54,7 bilhões deste ano.

Antes das manifestações, nas quais Bolsonaro disse que não cumpriria decisões do ministro Alexandre de Moraes, do STF, a equipe econômica vinha negociando com o presidente do Supremo, Luiz Fux, uma forma de cumprir as decisões judiciais sem comprometer o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento das despesas da União à **inflação** do ano anterior. As discussões envolveram também os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Sem uma solução para os precatórios, chamados de "meteoro" pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo não terá como cumprir a meta de turbinar o Bolsa Família, uma medida que poderia ajudar a conter a queda de popularidade de Bolsonaro, às vésperas de um ano eleitoral. Além disso, o impasse deixará o Executivo sem verbas para atender às emendas do relator do orçamento da União, que têm sido usadas para financiar obras e outros investimentos de parlamentares aliados nos respectivos redutos eleitorais.

Durante as negociações, Fux informou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do qual também é presidente, poderia atuar como mediador e editar uma

resolução para regulamentar essa questão. O magistrado propôs, inclusive, uma solução para o impasse. Segundo ele, seria estabelecido um teto de gastos para pagamento de precatórios, correspondente ao valor pago por essas dívidas em 2016 - ano da promulgação da Emenda Constitucional do teto de gastos - com correção pela Selic. O que superasse esse valor em determinado ano seria encaminhado para o exercício fiscal seguinte.

Paulo Guedes aprovou a ideia de Fux, apresentada depois que o governo enviou ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com previsão de parcelamento do pagamento dos precatórios. Segundo o ministro, a solução defendida pelo presidente do Supremo seria "mais efetiva, mais rápida e mais adequada juridicamente" do que a PEC. Porém as conversas voltaram à estaca zero depois das agressões proferidas por Bolsonaro contra a Corte.

Agora, após a divulgação da "Carta à Nação", cuja elaboração foi orientada pelo ex-presidente Michel **Temer** (MDB), o governo tem esperanças de que o diálogo com o Supremo seja retomado. Na última sexta-feira, ao falar para investidores estrangeiros em evento do Credit Suisse, Guedes afirmou que o recuo de Bolsonaro "colocou tudo de volta aos trilhos". Disse também que, a partir de hoje, voltaria a tratar dos precatórios com Fux e os presidentes das duas Casas do Congresso.

Sócio oculto

As atenções do governo também estarão voltadas, nos próximos dias, à retomada dos depoimentos na CPI da Covid, que haviam sido interrompidos em razão das manifestações bolsonaristas da semana passada.

Para amanhã, está marcada a oitiva do advogado Marcos Tolentino da Silva. Ele é apontado por senadores independentes e de oposição como sócio oculto da FIB Bank, empresa que forneceu à Precisa Medicamentos uma garantia irregular de R\$ 80,7 milhões no negócio de compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde. O contrato de aquisição do imunizante foi suspenso por suspeitas de irregularidades.

Para a quarta-feira, está agendado o depoimento do advogado Marconny Nunes Ribeiro Albernaz, acusado de fazer lobby para empresas interessadas em vender para o governo federal. Com essa oitiva, a CPI

pretende apurar o envolvimento do advogado em negociações para a venda da Covaxin e de testes de covid-19 para o Ministério da Saúde. Além disso, a comissão quer conhecer melhor a relação de Albemaz com a família do presidente Bolsonaro.

Internet

A Consultoria Legislativa do Senado deve concluir, nesta semana, uma avaliação sobre a constitucionalidade da medida provisória assinada por Bolsonaro para alterar o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2024) e limitar a remoção de conteúdos abusivos publicados nas redes sociais. Segundo afirmou ontem o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o estudo da consultoria vai basear a decisão da Casa de devolver ou não a MP ao Planalto.

Aprovado em 2014, o Marco Civil da Internet estabelece direitos e deveres para os usuários das redes sociais no Brasil. O texto da MP cria regras para a moderação de conteúdos nesses espaços e determina que a exclusão, a suspensão ou o cancelamento de contas e perfis só poderá ser realizado com justa causa e motivação.

Fique por dentro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende retomar, nesta segunda-feira, as conversas com o STF, a Câmara e o Senado sobre pagamento de precatórios (dívidas da União reconhecidas pela Justiça);

CPI da Covid deve tomar, nesta terça-feira, o depoimento do advogado Marcos Tolentino da Silva, acusado de envolvimento em irregularidades no contrato de compra da vacina indiana Covaxin pelo Ministério da Saúde;

Na quarta-feira, a CPI deve ouvir o advogado Marconny Nunes Ribeiro Albemaz, apontado como lobista de empresas interessadas em vender para o governo federal;

O Senado deve decidir, nesta semana, se devolverá ao Planalto a Medida Provisória nº 1.068/2021. Assinada por Bolsonaro, ela dificulta a remoção de conteúdos abusivos publicados nas redes sociais.

Tarifa social sancionada

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que torna obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Social. A nova legislação, já aprovada pelo Congresso, visa simplificar a inscrição no programa para que potenciais beneficiários sejam incluídos automaticamente.

Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República, a medida se justifica porque os potenciais beneficiários não estariam sendo informados de forma adequada de seu direito ou não estariam sendo capazes de apresentar toda a documentação exigida para comprovação, sendo excluídos do benefício.

Defesa do diálogo e da pacificação



ANA MARIA POLMARIA EDUARDA CARDIM

Dias após atos que marcaram o feriado da Independência, autoridades voltaram a ressaltar a importância do respeito à democracia e o diálogo entre os Poderes da República. Ontem, na celebração dos 119 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek, os discursos dos políticos presentes no evento convergiram todos na mesma direção. Ao exaltar os feitos de JK e a busca por diálogo do idealizador de Brasília, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), acredita que Juscelino continua sendo exemplo nos tempos atuais.

Ao ser questionado se, ao evidenciar o respeito de JK pela democracia, a intenção era mandar um recado para o presidente Jair Bolsonaro, Pacheco disse que não era especificamente para ninguém, mas para todos os brasileiros. "É um evento muito significativo para deixar cada vez mais viva e presente a memória de alguém que foi tão importante para o Brasil e

continua sendo em razão do exemplo que deu. Pelo desenvolvimento do país, integração do país, da busca de diálogo. Ele foi um grande democrata e um grande republicano", disse.

A habilidade de JK em dialogar com diferentes setores e vertentes políticas foi destacada, também, pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, para quem JK é um exemplo a ser seguido por toda a população e, principalmente, pelas autoridades. "Foi um dos maiores democratas que esse país já teve. Advindo de MG, com uma história maravilhosa e com todas as dificuldades do interior de Diamantina, ele chegou à capital da República mostrando tudo o que precisamos ver neste momento, que é o diálogo", pontuou.

Para Ibaneis, os políticos precisam entender que "as pessoas que sofrem nas ruas precisam da nossa compreensão e precisam do nosso diálogo para recolocar o nosso país nos trilhos do desenvolvimento, da empregabilidade, do socorro àqueles mais carentes".

A necessidade de reafirmar a importância do respeito à democracia e da busca constante por pacificação entre os Poderes se faz necessária diante dos recentes ataques do presidente da República às instituições. Em discursos feitos nas manifestações do feriado de 7 de setembro, Bolsonaro atacou o Judiciário e chegou a dizer que não iria mais obedecer ou respeitar as decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Carta

Após isso, em uma carta, intitulada "Declaração à Nação", o presidente da República afirmou que nunca teve "nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes" e que as palavras, "por vezes contundentes", contra Moraes "decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum".

Pacheco comentou novamente que a carta foi vista como uma sinalização positiva e disse que ainda espera que os Poderes se respeitem. "O bem comum se constrói no ambiente democrático. Então, nós precisamos é de união e pacificação no Brasil", disse o presidente do Senado, que indicou ter expectativa e confiança que essa mensagem se perpetue como uma tônica entre os Poderes.

"A vida do país passa por um momento de crise,

sobretudo com a iminência de **inflação**, a realidade do desemprego, da fome e da miséria, de uma crise energética, de uma crise hídrica, que recomendam realmente que se coloquem à mesa qual o planejamento e quais as ações que nós temos para enfrentar esse problema e solucionar o problema dos brasileiros. Portanto, eu acredito muito nessa possibilidade de união nacional em favor do que interessa ao povo brasileiro", declarou.

Decisão sobre MP

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sinalizou que deve decidir ainda no início desta semana se devolve a medida provisória que altera o Marco Civil da Internet e torna mais rígida a exclusão de perfis nas redes sociais e a remoção de conteúdos publicados nas redes. O pedido de devolução foi feito por alguns parlamentares, que argumentam inconstitucionalidade da MP. "Nós estamos no trabalho de estudo interno pela consultoria legislativa do Senado, para fazermos a avaliação sobre constitucionalidade ou não dessa medida provisória", disse Pacheco.

Sem indicar se a decisão está pendendo para um lado, Pacheco disse que, por se tratar de "algo sério", é preciso ter aprofundamento técnico para tomar uma decisão correta. "Vai ser uma avaliação técnica e criteriosa. Há alguns apontamentos relativamente a ela (MP), quanto a eventuais inconstitucionalidades e como se trata de algo muito sério, é preciso ter um aprofundamento técnico de embasamento jurídico para uma decisão correta da Presidência do Congresso", completou.

Na quinta-feira, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber deu o prazo de 48 horas para que o presidente Jair Bolsonaro, o advogado-geral da União, Bruno Bianco Leal, e o procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestem e expliquem a necessidade e urgência da publicação da MP 1.068. Em resposta ao STF, o governo enviou esclarecimentos e rebateu os argumentos de partidos políticos que apontaram inconstitucionalidade. Em documentos elaborados pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o Planalto diz que a medida é pensada para proteger a liberdade e o direito dos usuários, "preservando a internet como instrumento de participação democrática". (MEC)

Espírito democrático

» A solenidade reuniu políticos e lideranças da sociedade civil, além da família do fundador de Brasília, como a neta e presidente do Memorial JK, Anna Christina Kubitschek, e o marido dela, o

empresário Paulo Octávio. O vice-presidente executivo do Correio, Guilherme Augusto Machado (E), ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, esteve presente. "Diante do atual quadro político nacional, homenagear Juscelino Kubitschek nos leva a refletir sobre pensamentos, posturas e atitudes de um grande estadista. Fato este, que levou tanto o presidente do Senado e nosso governador Ibaneis Rocha, em seus discursos durante a solenidade, ressaltarem o espírito democrático e a extraordinária capacidade de diálogo desse nosso grande presidente. Gostaria, também, de parabenizar Ana Cristina Kubitschek pelo excelente trabalho à frente do Memorial JK", disse Machado.

Investidores devem seguir desconfiados



FERNANDA FERNANDES

A semana que começa deverá ser marcada por mais volatilidade no mercado financeiro, obrigando os investidores menos arrojados a operarem com bastante cautela. O Índice Bovespa (Ibovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), acumulou queda de 2,26% na semana passada, em meio ao clima de incertezas no mercado financeiro que foi agravado com as manifestações do feriado de 7 de Setembro. No mês, o recuo foi maior, de 3,78%. Especialistas apontam que a instabilidade das bolsas dos Estados Unidos, e a alta no dólar e a escalada da **inflação** no país devem colaborar para manter o sobe e desce do mercado doméstico de ações e deixar os operadores com alerta redobrado.

Responsável pela mesa de ações e derivativos do BTG Pactual Digital, Jerson Zanlorenzi explica que, antes dos ruídos políticos recentes que deixaram

investidores em pânico na última quarta-feira (8), o mercado já vinha demonstrando preocupação, principalmente, sobre as incertezas políticas, que estão afetando diretamente a economia. "As reformas tributária e administrativa, a questão do teto de gastos, a ampliação do Bolsa Família e a dúvida sobre se o governo respeitará ou não os precatórios são tópicos que têm deixado os investidores bastante receosos e cautelosos. As manifestações de 7 de Setembro intensificaram essa preocupação, trazendo sentimento de pânico, pois os investidores estão mais desconfiados quanto aos encaminhamentos das pautas econômicas", diz o especialista.

O último feriado, citado por Zanlorenzi, foi marcado por discursos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF). Após a repercussão negativa no mercado financeiro, que reagiu com queda de 3,78% no Ibovespa no dia seguinte. Bolsonaro se reuniu com o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) e redigiu uma carta em tom pacificador, que trouxe um otimismo temporário para os investidores e fez a Bolsa subir 2% na quinta-feira, mostrando recuperação parcial do tombo do dia anterior. Contudo, na sexta-feira, a B3 voltou fechar em queda de quase 0,93%.

Dúvidas

"A carta trouxe um pouco de probabilidade de avanço das agendas em Brasília, cruciais para a tomada de risco aqui no Brasil", pontua o analista do BTG. Para ele, o otimismo durou pouco, após Bolsonaro afirmar que não estava "recuando" das suas afirmações nas manifestações. "No resumo da ópera, o mercado entende que decisões complexas precisam de alinhamento entre os Poderes. E a percepção foi de que esse alinhamento ficou mais difícil, colocando muita dúvida entre os investidores. O pânico criado na quarta-feira se dissipou, mas, logicamente, as dificuldades de avanço das agendas continuam", afirma Zanlorenzi.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, afirma que é natural que o restabelecimento da confiança no cenário de investimentos seja mais vagaroso do que a sua destruição. "O mercado reagiu muito mal e demorou um pouco para anular os efeitos que foram causados", destaca. Na avaliação de Sanchez, não houve pânico no mercado, apenas uma precificação das possibilidades. "A principal preocupação é que essa rusga entre judiciário e executivo impacte o legislativo.

O Brasil precisa aprovar reformas, como as de privatizações, para que possa ter melhor capacidade fiscal. Mas a possibilidade hoje é mínima de a gente ter um avanço robusto quanto a isso", diz.

Para Caique Coutinho, especialista em renda fixa da Velha Investimentos, um dos principais problemas que assolam o mercado financeiro, hoje, além dos ruídos políticos, é a persistência da **inflação**. Divulgado na última quinta-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto registrou aumento de 0,87% em comparação com julho - dado acima das projeções dos investidores - e acendeu mais um alerta no mercado. Com o novo resultado, a **inflação** oficial acumula alta de 9,68% em 12 meses, aumentando a pressão sobre o Banco Central para elevar a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 5,25%, a fim de conter essa alta dos preços que está persistente e bastante disseminada.

Ainda na quinta-feira, os juros negociados nos Depósitos Interfinanceiros (DI) saltaram quase meio ponto percentual, fechando as taxas em 7,4% ao ano nos contratos com vencimento em janeiro de 2022. Nos contratos para 2023 e 2025, o ajuste foi ainda maior, para 9,375% e 10,45%, respectivamente. O reajuste é equivalente às projeções de 10% até 2024 que os agentes de mercado esperam para a Selic.

O aumento dos juros, segundo Coutinho, tem tornado o mercado de renda fixa mais atrativo para parte dos investidores. "A alta **inflação** e a necessidade de elevar os juros para conter o aumento dos preços tornam os investidores avessos ao risco e eles migram para a renda fixa, que está favorável, com as taxas sendo indexadas para cima, assim como a **inflação**", avalia.

Paciência

Se, para alguns investidores da Bolsa, a crise é motivo de insegurança, para quem tem sangue frio e paciência, o mercado de ações pode ser uma oportunidade, segundo Zanlorenzi. "Nesses momentos de grandes estresses, investidores acabam tomando decisões emocionais e não racionais, e aqueles que têm mais sangue frio conseguem aproveitar melhor as oportunidades", diz o especialista da BTG Pactual Digital. Ele explica que a oportunidade surge no momento em que aqueles investidores que entram no "modo pânico" passam a vender os ativos a qualquer preço. "Quem olha com olhar mais matemático acaba tendo um bom resultado. Eu sempre falo que, no momento de pânico, a melhor decisão é não fazer nada. Nessa situação, não fazer nada é fazer muita coisa", reforça.

Olhar matemático e paciência é o que não falta para o servidor apostando Altair Gonçalves, 59 anos. Ele investe na Bolsa desde 2007 e busca não se apavorar com o sobe e desce ao sabor das notícias, mas ressalta que, em momentos barulhentos, como o atual, a Bolsa é algo para investir aquilo que sobra um pouco. Não é para investir o leite das crianças, o dinheiro que você precisa, pois é de risco", alerta.

Altair conta que, após o aumento recente das incertezas políticas e fiscais, realizou algumas movimentações na Bolsa, mas, em nenhum momento, pensou em retirar o dinheiro de lá para aplicar em outro tipo de mercado, como o de renda fixa. "Eu segurei algumas ações que já estavam em queda e, na quarta-feira, como o tombo foi quatro vezes maior do que se eu tivesse vendido no início, ao observar a tendência, vendi mesmo assumindo o prejuízo para aplicar em outras empresas que acredito serem mais vantajosas", explica o morador de Vicente Pires, no Distrito Federal.

O servidor aposentado, que já teve uma experiência frustrante por não ter sido mais paciente, diz que não comete esse erro novamente. "Eu comprei ações de uma companhia a R\$ 70 com a intenção de vender quando chegasse a R\$ 90. Mas, quando o papel ficou perto do valor que eu queria, começou a cair e foi até a R\$ 32, devido a boatos envolvendo donos da empresa. Não vendi, pois estava focado nos R\$ 90. Quando chegou ao valor que eu queria, depois de dois anos, tive um lucro de R\$ 20 mil. Esse foi meu erro. Mais dois anos se passaram, e a mesma ação passou a valer R\$ 4 mil. Eu teria lucrado mais de R\$ 4 milhões", conta.

Racionamento ameaça recuperação do PIB - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

A adoção do racionamento de energia poderá ter efeitos catastróficos na recuperação econômica, que já não anda muito bem. Para dimensionar a gravidade da situação, basta observar o que ocorreu em 2001, ano marcado pelo colapso energético que provocou apagões e, depois, racionamento em diversas regiões do país. O **PIB** daquele ano avançou apenas 1,36%, muito abaixo dos 4,39% de 2000. Como não poderia deixar de ser, a popularidade do então presidente Fernando Henrique Cardoso despencou na mesma medida. No primeiro mês de racionamento, sua avaliação negativa cresceu de 28% para 37%. Além dos estragos econômicos de um novo - e talvez inevitável - racionamento, o presidente Bolsonaro teria pela frente, portanto, o descontentamento dos eleitores. Segundo projeções realizadas pela Genial Investimentos, a possibilidade de o Brasil ter racionamento de energia nos próximos meses está em torno de 30%. Não é pouca coisa.

Cristiano Ronaldo e Messi também brilham nas redes virtuais

A força das marcas Cristiano Ronaldo e Messi foi medida por estudo da consultoria KPMG. Desde a contratação do craque português, o clube inglês Manchester United adicionou 9 milhões de novos fãs às suas redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube, Twitter, TikTok e Weibo). O argentino Messi fez o francês PSG ganhar 23 milhões de aficionados nas redes. Segundo a KPMG, o campeão mundial de popularidade virtual é o Barcelona, seguido por 276 milhões de pessoas.

Demissões por WhatsApp ganham espaço na pandemia

As demissões por WhatsApp se tornaram uma tendência com o avanço do home office. Informações compiladas pela plataforma de dados Data Lawyer Insights mostram que 103 mil ações foram abertas durante a pandemia envolvendo reclamações sobre desligamentos desse tipo. De acordo com advogados que atuam na área trabalhista, a Justiça tem considerado como válidas as demissões por aplicativos de mensagem. Isso, porém, não invalida o fato que o **comunicado** deve ser feito de maneira respeitosa.



do prêmio estão espaços verdes e vida cultural.

Quer ganhar R\$ 15 mil por mês? É só fritar hambúrgueres nos Estados Unidos

Faixas espalhadas por cidades dos Estados Unidos informam que o grupo McDonald's está contratando atendentes. Os salários variam de US\$ 15 a US\$ 18 por hora. Se a jornada for de 8 horas diárias e cinco dias por semana, o valor chegará US\$ 2.880 por mês. Ou R\$ 15.100 - quase 14 vezes o salário mínimo brasileiro. Com a escassez de mão de obra, as empresas americanas foram obrigadas a aumentar os pagamentos. Para os brasileiros, o dólar caro faz o trabalho de fritar hambúrguer parecer sedutor.

35%

Foi quanto aumentou o número de brasileiros que passaram a viver no exterior na última década, segundo o Itamaraty. Agora são 4,2 milhões de pessoas.

"O Brasil é difícil para quem não conhece o país. Para nós, não é"

Roberto Fulcherberguer, CEO da Via, que controla as redes Casas Bahia e Ponto

Rapidinhas

» A plataforma de investimentos Íon, do Itaú Unibanco, trouxe uma novidade para o mercado: a possibilidade de visualizar, em um único painel, até oito carteiras distintas, de diferentes contas do Itaú, de outros bancos e até corretoras. Ou seja, o aplicativo permite ao usuário acompanhar, no mesmo lugar, seus investimentos em diversas instituições.

» É curioso como as pessoas têm poucas contas. Um levantamento feito pelo Íon para identificar o perfil de seus 100 mil usuários constatou que a maior parte dos investidores pessoa física (82,5%) concentra suas aplicações em duas instituições financeiras, enquanto 17,5% têm recursos em três ou mais instituições.

» A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) estima que o setor encerrará o ano com 80% a 85% da oferta de voos que havia antes da pandemia. A expectativa é que a normalidade retorne a esse segmento de negócios já no primeiro trimestre de 2022, o que seria uma vitória diante das dificuldades enfrentadas durante a crise.

» São Paulo é a única cidade brasileira a integrar o ranking feita pela revista inglesa Time Out que elenca os melhores destinos do mundo. A capital paulista está na 31ª posição - a outra sul-americana da lista é Buenos Aires, na Argentina, na 35ª. Entre os critérios

Os riscos da infraestrutura (Editorial)

O Brasil ainda é assombrado por problemas que causaram prejuízos no passado e, hoje, representam risco para o país, mas também uma oportunidade para que se equacione definitivamente as soluções que reduzam a possibilidade de que venham a ocorrer novamente. Risco de racionamento de energia elétrica e paralisação dos transportes são eventos que mostram as dependências do país em relação à sua infraestrutura e seus gargalos. A mobilização dos caminhoneiros que aderiram às manifestações do 7 de Setembro, ocupando a Esplanada dos Ministérios em Brasília e chegando a promover bloqueios rodoviários em 15 estados antes de perder força e ser totalmente desarticulada, ameaçou comprometer o abastecimento nacional porque mais de 60% da matriz de transporte de cargas no país está no modal rodoviário.

Embora as reivindicações sejam diferentes e o impacto do protesto tenha sido contido pela ação do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, a paralisação trouxe à memória a greve do setor de transporte em 2018, que parou o país por cerca de 10 dias e causou queda do **PIB**, aceleração de preços e prejuízos para vários setores. O mesmo se dá com a energia elétrica, com a crise hídrica trazendo de volta o fantasma do racionamento. Embora a matriz energética brasileira tenha se diversificado desde 2001, quando o racionamento impôs perdas para a economia brasileira como um todo, a dependência da fonte hídrica continua.

Diante do risco crescente de racionamento de energia, a prolongação da manifestação dos caminhoneiros provocaria um estrondo na economia e não apenas um barulho que poderia afetar a economia este ano, como disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao admitir o impacto do acirramento dos conflitos de poderes em Brasília. Seria um problema a mais diante de uma **inflação** que deve superar a dois dígitos em setembro por causa da bandeira de escassez hídrica e das altas nos preços de combustíveis e alimentos; da estagnação da economia; dos 14 milhões de desempregados; e do aumento da população em situação de miséria.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Os riscos da infraestrutura

Pacheco diz esperar que tom de nota de Bolsonaro se mantenha

Fábio Pupo Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse neste domingo (12) esperar que a nota divulgada pelo presidente Jair Bolsonaro na quinta-feira (9) represente a tônica na relação entre os Poderes de agora em diante.

"O conteúdo da carta vai ao encontro do que é nossa expectativa de pensarmos o Brasil, [de um comportamento] que respeite os Poderes, que os Poderes se respeitem, que tenhamos sempre a lógica de cumprimento da Constituição e de observância do que é o bem comum", afirmou.

O presidente do Senado participou neste domingo de evento do aniversário de 119 anos do nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Na solenidade, no Memorial JK, Pacheco afirmou considerar muito positivo o conteúdo da carta. "Guardo muita expectativa e confiança de que ela se perpetue como uma tônica entre as relações dos Poderes a partir de agora, porque isso é fundamental para o país." Principal incentivador dos atos de raiz golpista do 7 de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro mudou de tom dois dias depois por meio da divulgação de uma carta alinhavada pelo ex-presidente Michel **Temer** (MDB).

Segundo aliados, a nota foi retórica, motivada pelo medo de perder aliados no Congresso e para frear os impactos econômicos. Para assessores de Bolsonaro, ela garantiu sobrevida ao presidente, mas o maior desafio será garantir que ele mantenha as palavras da nota e pare de atacar o STF.

Neste domingo, Pacheco afirmou que é preciso discutir planejamentos e ações porque o país passa por um momento de crise com a iminência da **inflação**, a realidade do desemprego, da fome e da miséria, além da crise hídrica e energética. "Acredito muito nessa possibilidade de união nacional em favor do que interessa ao povo brasileiro." Questionado sobre os protestos contra Bolsonaro neste domingo, Pacheco afirmou que todas as manifestações são bem-vindas.

"Manifestações, todas elas, de 7 de setembro, de 12 de setembro ou qualquer outra que seja feita pela

sociedade civil, pelas pessoas que querem reivindicar temas e causas, são manifestações bem-vindas e que precisam ser respeitadas. Eu as respeito, como democrata que sou e republicano que sou. Considero que manifestações fazem parte de uma democracia viva", disse.

O presidente do Senado disse que a MP (Medida Provisória) enviada por Bolsonaro ao Congresso que altera regras de internet e impede que as redes sociais removam conteúdo falso de suas plataformas está sendo estudada e que uma resposta será dada até o começo da semana.

"Vai ser uma avaliação técnica, criteriosa, alguns apontamentos relativamente a ela sobre eventuais inconstitucionalidades. Como se trata de algo muito sério, é preciso ter um aprofundamento técnico com embasamento jurídico para uma decisão correta da Presidência do Congresso Nacional", afirmou.

No discurso sobre Kubitschek, Pacheco disse que o ex-presidente é uma verdadeira inspiração e que soube como poucos liderar a nação em nome do bem comum, da estabilidade política e do desenvolvimento econômico. Pacheco o chamou de "verdadeiro e maior estadista brasileiro".

O presidente do Senado saudou ainda o espírito conciliador de Kubitschek e a postura de respeito à democracia. "Colocou o Brasil acima de qualquer sentimento pessoal e pode, assim, liderar um projeto de otimismo e confiança no coração dos brasileiros. Um verdadeiro projeto de país", disse.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

67

Ninguém aprende que é jogo repetitivo, Bolsonaro vai voltar a radicalizar



Tayguara Ribeiro

A moderação do presidente Jair Bolsonaro não deverá durar muito tempo, e a animação de alguns setores com a mudança de tom dele na nota divulgada na última quinta-feira (9) indica não ter havido nenhum aprendizado sobre a forma como ele se comporta.

A avaliação é de Daniela Campello, professora da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e doutora em ciência política pela UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles).

"É um jogo um tanto repetitivo e me impressiona que os atores ainda não tenham aprendido a jogar", afirma Campello à Folha. "Mais curioso do que o Bolsonaro dar um passo atrás, como ele fez agora, são as notícias "sobe a Bolsa porque Bolsonaro retrocedeu", "empresários estão mais tranquilos", diz.

Segundo ela, há um grupo "que realmente não abandona Bolsonaro", mas que não passa de 12% do eleitorado. "Ele ainda tem um grupo de eleitores grande para perder, com a economia ruim, com **inflação**. Se houvesse um candidato de terceira via apenas não seria impossível que parte desse grupo migrasse para esse candidato viável."

Em relação às manifestações deste domingo (12) contra Bolsonaro, Campello avalia que a baixa adesão

não traz mudança de cenário, mas expõe dificuldade em juntar direita e esquerda.

"Ainda têm uma tradição na direita dessa agenda "nem Bolsonaro nem Lula", que conflita diretamente com a esquerda", diz a professoras da FGV, que é cética quanto à viabilidade de uma terceira via.

Para Campello, a radicalização no discurso do presidente, que fez uma escalada de ameaças golpistas até os atos do 7 de Setembro, aumenta conforme ele se torna menos competitivo para as eleições de 2022.

Como a senhora analisa as ameaças golpistas feitas pelo presidente Bolsonaro durante os atos do 7 de Setembro? Enxergo dentro de um contexto que começou desde o início do governo. Bolsonaro nunca escondeu suas preferências por um governo autoritário e o seu desprezo pela democracia. Ele vem esticando a corda desde o dia 1 [do seu governo]. Seja questionando as instituições, questionando as eleições, dizendo que é fraude ou ameaçando o Supremo Tribunal Federal.

A diferença em relação ao que ocorre hoje é que, se Bolsonaro estivesse parecendo competitivo para as eleições do ano que vem, isso poderia frear esse comportamento extremista. Porque este comportamento assusta o eleitor mediano, que não quer o caos e que quer que sua vida retome, de certa forma, a sua normalidade.

A radicalização acontece na medida que Bolsonaro percebe que pela via eleitoral suas chances são muito pequenas em 2022.

Além da questão eleitoral, as investigações contra pessoas próximas ao presidente são outros fatores para este discurso extremista? Os dois aspectos estão associados. Se ele tivesse a percepção de que é um governante forte e que muito provavelmente vai ser reeleito, a perspectiva de ter o poder e de alguma forma controlar essas investigações ou tentar se proteger seria maior.

De um lado tem a questão eleitoral, do outro existem as ameaças do ponto de vista da Justiça, e isso se faz relevante na medida que o horizonte de poder do Bolsonaro se encurta para um ano, em vez de cinco.

Como a senhora interpreta a mudança de tom do presidente, dois dias após ter feito ameaças à democracia? É um jogo um tanto repetitivo e me impressiona que os atores ainda não tenham aprendido a jogar. Ele estica a corda, eventualmente alguém avisa que foi demais e ele faz uma força para recuar e tentar parecer moderado, mas no instante seguinte ele não consegue. É uma coisa recorrente.

Mais curioso do que o Bolsonaro dar um passo atrás, como ele fez agora, são as notícias "sobre a Bolsa porque Bolsonaro retrocedeu", "empresários estão mais tranquilos".

A graça de jogos repetitivos, quando a gente estuda academicamente, é que os atores vão aprendendo sobre o comportamento uns dos outros, e aqui parece que não tem aprendizado de lado nenhum. Ou seja, acho que não vai levar a nada e ele voltará a radicalizar, como tem feito desde que foi eleito.

Após os atos do dia 7 e deste domingo, que saldo político fica para governo e oposição? Quem tem mais a ganhar, já que estão previstas novas manifestações? Não é uma comparação boa essa do que aconteceu hoje [12] com o que aconteceu no 7 de Setembro, porque neste domingo foi muito menos organizado e havia muita dúvida na esquerda se iria se juntar às manifestações do MBL.

Neste sentido, foi algo mais pontual. Não consigo fazer grandes interpretações. Não acho que existirá uma mudança de cenário. É [uma amostra] pouco significativa, dado todo o resto que está acontecendo neste momento.

Neste ato de domingo, setores de direita e da esquerda se juntaram contra Bolsonaro, mas só parcialmente. Como avalia esse cenário? Existe uma imensa dificuldade de juntar direita e esquerda em um protesto contra Bolsonaro. Isso porque ainda têm uma tradição na direita dessa agenda "nem Bolsonaro e nem Lula", que conflita diretamente com a esquerda.

O que explica o fracasso dessa terceira via, ao menos até o momento? Sou muito cética em relação a essa terceira via, por duas razões. A primeira é que a gente está tratando de dois candidatos muito conhecidos. Não tem muito espaço ainda para alguém mudar de ideia sobre um ou sobre outro. Sabe-se muito bem os pontos positivos e negativos de Lula, sabe-se muito bem quem é Bolsonaro. Tem pouco espaço para uma terceira via que consiga eventualmente chegar a um segundo turno.

Tem um outro problema que é um problema de coordenação. Se houvesse um [único] candidato

dessa terceira via, existiria, eventualmente, uma chance razoável de que alguns dos eleitores de Bolsonaro, que eu acho ainda que irão abandonar o barco, [votassem nesse único candidato].

O que se crê é que o grupo realmente que não abandona Bolsonaro vai de 8% a 12% do eleitorado. Ele ainda tem um grupo de eleitores grande para perder, com a economia ruim, com **inflação**. Se houvesse um candidato de terceira via apenas não seria impossível que parte desse grupo migrasse para esse candidato viável.

O presidente sempre é um candidato forte em uma eleição, por mais desastrosa que seja a gestão. Porque tem muitos recursos, porque é muito conhecido. É muito difícil um presidente não estar no segundo turno. E o Lula já está bastante consolidado e provavelmente estará também.

Quais as possibilidades de um impeachment contra o presidente prosperar, diante de uma oposição ao governo dividida e da proximidade das eleições de 2022? Existe a oposição tradicional ao Bolsonaro, que são os partidos mais à esquerda, PT, PSOL, PSB, que já vem discutindo o impeachment desde o primeiro crime cometido pelo presidente. Agora tem um novo processo acontecendo, que é uma parte da direita, por exemplo, o PSDB, começando a se perguntar se é possível continuar até 2022 assim.

Temos duas direitas, na verdade, a gente precisa diferenciar. Uma é aquela que pode vir a lançar um candidato viável de terceira via, um candidato que pode vir a ser competitivo. Outra direita não tem essa perspectiva e facilmente se vale de todos os benefícios que vem recebendo do governo Bolsonaro, para dar apoio, o coração do centrão.

À medida que Bolsonaro se enfraquece, [os partidos que hoje o apoiam] simplesmente pulam no vagon de um outro candidato mais à frente, Lula ou quem quer que seja essa terceira via. Essa direita, esse grupo que apoia Bolsonaro, muito dificilmente vai sair do barco. Só vai sair quando não tiver mais nada a ganhar ou quando achar que a associação com o Bolsonaro pode criar riscos para 2022.

Os grupos que pretendem lançar candidatos para uma terceira via agora têm um incentivo [para o impeachment]. Dadas as pesquisas, Bolsonaro ainda tem alguma força e o Lula vem se consolidando como o candidato com chances de vencer o Bolsonaro. Então, qualquer perspectiva de terceira via passa por um enfraquecimento muito grande do Bolsonaro, quiçá um impeachment.

Como a senhora avalia o embate entre Bolsonaro e o

Supremo? A resposta do STF está adequada para o tipo de ameaça que o presidente faz? É mais um dos embates institucionais do Bolsonaro, como todo líder populista. Ele precisa manter uma imagem de que é uma pessoa fora do sistema, e a maneira para ele se manter como uma pessoa fora do sistema, desse sistema que ele criticou tanto e os eleitores dele compraram essa crítica, foi [manter o embate] com o Congresso, antes de ele fechar com o centrão.

Também ocorreu o embate com os governadores que queriam fazer lockdown no início da pandemia. Agora é o Supremo. Esses embates são necessários para que ele consiga manter essa imagem de outsider, apesar de ele ser o sistema, com todo o poder que ele tem na Presidência.

As respostas do Supremo têm sido razoavelmente contundentes. O presidente tem encontrado limitações, principalmente nos casos do Alexandre de Moraes e do [Luís Roberto] Barroso. Não coincidentemente são os ministros que ele vem atacando. O que não há de resposta contundente é no Congresso. O Supremo está tentando, de alguma forma, fazer o seu papel e talvez seja o último bastião de alguma normalidade democrática que a gente ainda tem.

As ameaças golpistas do presidente estão sendo subestimadas? O problema com essas ameaças não ocorre apenas se elas se concretizarem. Por conta dessas ameaças que ele vem fazendo desde o início do governo, uma série de cálculos políticos passaram a acontecer. Esses cálculos são diferentes do que se via antes na nossa democracia pré-Bolsonaro. Eles são muito preocupantes.

A ameaça de um golpe permitiu ao Bolsonaro chegar a um nível de destruição institucional e de ameaça democrática que talvez ele não conseguisse chegar se não fosse minimamente crível que eventualmente os militares pudessem estar com ele ou que ele pudesse criar um caos com apoio da polícia.

O problema não é só se concretizar, mas o quanto a ameaça já está mudando o panorama político do país. Não só a oposição a ele, como o próprio Judiciário, a própria mídia, e isso é problemático.

Um exemplo é o Barroso pedindo a indicação de alguém das Forças Armadas para acompanhar a transparência das eleições. Isso é uma resposta às ameaças do presidente. As ameaças podem nunca acontecer, mas ele consegue avançar com os seus projetos a partir delas.

Daniela Campello

Engenheira, com doutorado em ciência política pela UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles). É professora associada da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ebape) e, atualmente, é pesquisadora do Wilson Center (DC), um dos principais think tanks de estudos regionais do mundo

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49667>

Escalada golpista de Bolsonaro já prejudica projetos de Tarcísio



Julio Wiziack

O discurso golpista do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que chegou ao seu ápice nas comemorações do Dia da Independência, em 7 de setembro, tem levado iniciativas do governo na área de infraestrutura a ficarem sob ameaça.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), mandou recados ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, de que deixará expirar a validade da MP dos Trilhos, medida provisória que estabelece um novo marco legal para as concessões ferroviárias no país.

A resistência de Pacheco se soma a outras frentes de oposição com potencial para interromper o avanço de grandes projetos da pasta, caso da Ferrogrão, que pode ser barrada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) -alvo preferencial de Bolsonaro na sua escalada retórica.

Em reação a essa postura de Bolsonaro, outras iniciativas importantes para o governo também podem ficar comprometidas nos mais diversos segmentos da infraestrutura logística do país.

Dentre elas estão a relicitação do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), e a renovação antecipada de malhas ferroviárias -ambas podem sofrer contestações na Justiça.

No caso da FCA (Ferrovia Centro-Atlântico), por exemplo, o modelo idealizado não prevê pagamento de parte da outorga para o Rio de Janeiro, embora mais de 600 km (quilômetros) de trilhos passem pelo estado.

Em Minas e no Pará essa discussão também ganha

corpo e encontra espaço para avançar entre deputados e senadores desses estados.

Embora o edital de concessão da NovaDutra, rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, já tenha sido publicado, parlamentares ainda consideram que uma forma de embolar o certame seria questionar na Justiça o próprio modelo da concessão, que prevê lances no leilão de acordo com faixas de redução do valor do pedágio.

Há ainda questionamentos em relação ao modelo híbrido, que destina parte da outorga paga pelo vencedor do certame à construção ou manutenção de outra obra.

No entanto, essa nova modelagem, que é diferente da adotada tradicionalmente, já foi chancelada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e também passou pelo crivo do TCU (Tribunal de Contas da União).

A construção da Ferrogrão, uma das obras mais intensivas em termos de investimentos, é foco de um embate entre a empresa de logística Rumo e o governo. Nos bastidores, a companhia reclama que seu projeto ferroviário, que também viabiliza saída pelos portos de norte, como a Ferrogrão, vem sendo atrasado para viabilizar a ferrovia defendida por Tarcísio.

Recentemente, o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM) fez chamada pública para a construção de uma ferrovia estadual ligando a área da capital a municípios ao norte. A proposta concorre com a Ferrogrão e dá vantagem à Rumo, responsável pela operação da malha que já liga o Porto de Santos a Rondonópolis.

Segundo relatos, no caso da MP dos trilhos, além da "indigestão política" no Senado causada pelo 7 de setembro, pesou a postura do governo que preferiu não esperar a tramitação de um projeto de lei que modifica as regras das concessões no setor ferroviário.

Embora seja bem avaliado pelos parlamentares mais influentes no Congresso, o ministro Tarcísio passou a ser alvo de ataques devido à postura de Bolsonaro.

A proximidade de Tarcísio com o presidente é tão grande que coube a ele, na última quinta-feira (9), enviar um vídeo para lideranças de caminhoneiros para garantir que Bolsonaro tinha pedido a desmobilização das rodovias federais do país.

Nos bastidores, porém, ele já vinha conduzindo uma operação de desmonte da paralisação de uma ala de direita da categoria que apoia Bolsonaro.

O ministro é visto como um "garoto-propaganda" do presidente ao comandar uma pasta que já trouxe mais de R\$ 100 bilhões e pretende encerrar o mandato com R\$ 260 bilhões em investimentos contratados.

Diferentemente do ministro da Economia, Paulo Guedes, que se vê encurralado com **inflação** e juros em alta, Tarcísio deve encerrar sua gestão gerando mais de 3 milhões de empregos.

Esse plano só será frustrado se os principais projetos de concessão sofrerem algum tipo de atraso.

O ministro, que mais recentemente assumiu um discurso abertamente político em defesa do governo, pretendia se candidatar ao Senado. Inicialmente, cogitou lançar-se pelo Distrito Federal, mas teria a concorrência de Flávia Arruda, hoje ministra da Articulação Política.

As opções remanescentes seriam Goiás ou Mato Grosso, com o apoio do agronegócio -principal favorecido pelos projetos levados adiante pelo ministro.

Em meados de maio, Bolsonaro deu a largada para o que chamou de "namoro" de Tarcísio com o governo de São Paulo. A declaração foi dada durante visita do presidente a Alagoas.

Desde então, Tarcísio passou a acompanhá-lo em diversas viagens e a contar com Bolsonaro em inaugurações. Até ponte no interior do Amazonas teve a presença da comitiva presidencial.

"Tarcísio está se descobrindo para a política. É um tremendo gestor. É um homem com excelente formação moral e profissional, nos dará ainda muitas alegrias em nosso Brasil, e eu agradeço pelo trabalho que ele faz lá em nosso ministério", disse Bolsonaro na ocasião.

Durante as manifestações de 7 de setembro em São Paulo, Tarcísio esteve ao lado do presidente praticamente durante todo o evento.

Em conversas com políticos, Bolsonaro não se cansa de soltar bordões como "quem sabe São Paulo adota

o Tarcísio para o ano que vem" ou "se ele vier candidato por São Paulo, nem precisa fazer campanha".

Além da campanha própria em defesa de Tarcísio, Bolsonaro pediu que o ministro passasse a dar mais entrevistas, especialmente no rádio, e a participar de lives.

O ministro ainda tenta resistir à convocação de Bolsonaro para que ele seja seu candidato ao governo de São Paulo.

Assessores do Planalto afirmam que, embora Tarcísio reconheça que não terá chances, ele aceitou a disputa para que o presidente tenha um palanque no estado, forma de fazer frente a João Doria (PSDB-SP), potencial rival na disputa pelo Planalto.

Em São Paulo, Tarcísio não nega convites para falar com empresários e banqueiros. Também faz questão de participar dos leilões realizados na B3, a Bolsa brasileira em São Paulo.

A concessão do último trecho da Ferrovia Norte-Sul, a renovação antecipada de malhas ferroviárias (partindo do Centro-Oeste até Santos) e a própria privatização do porto são apontados como principais atrativos políticos em defesa da candidatura de Tarcísio no estado.

Tarcísio está se descobrindo para a política. É um tremendo gestor. É um homem com excelente formação moral e profissional, nos dará ainda muitas alegrias em nosso Brasil, e eu agradeço pelo trabalho que ele faz lá em nosso ministério

Jair Bolsonaro

presidente da República

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49667>

O embate político na economia (Artigo)

DAN KAWA

Sete de setembro, Dia da Independência do Brasil, foi um momento de enorme simbolismo para o País. Foi nesta data que o Brasil se declarou independente de Portugal. Se acelerarmos um pouco o filme de nossa história, chegamos à República Federativa do Brasil, um sistema presidencialista que vigora atualmente cuja Constituição foi promulgada em 1988.

Não menos importante, temos uma sociedade atuante, representada pelo poder Legislativo no Congresso Nacional, mas que também elege o Poder Executivo em eleições diretas e democráticas.

As manifestações que ocorreram na última terça-feira estão dentro de um pano de fundo mais amplo. Nos últimos meses, instaurou-se no País uma crise institucional entre o Poder Executivo, na figura do presidente da República, e o Judiciário, na figura de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Este é o tipo de situação que traz muita visibilidade, muito ruído (local e externo), o que aumenta a incerteza, reduz a confiança e afugenta investimentos.

Entrando um pouco na pauta econômica, o quadro fiscal continua a ser um tópico de incerteza que vem pressionando negativamente os ativos locais.

Por mais que as perspectivas de curto prazo tenham melhorado bastante desde o começo do ano, com a expectativa da proporção da dívida/**PIB** para o fim de 2021 saindo de quase 100% para um número próximo a 80%, ainda existem inúmeras incertezas para o futuro.

Enquanto houver pressão política para que o teto de gastos seja burlado, o mercado cobrará o seu preço na forma de juros mais elevados. Isso tudo ocorre um ano antes das eleições presidenciais.

Claramente há uma tentativa em se antecipar o debate, as críticas, os escândalos e o posicionamento de cada um dos candidatos.

Chegamos então ao problema da **inflação**. Depois de vermos os Índices de Preço ao Produtor (IGP) dispararem desde o segundo semestre de 2020, agora foi a vez de vivenciarmos uma escalada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Diante deste quadro, o BC se viu obrigado a acelerar

seu processo de alta de juros, levando a taxa Selic para 5,25%, já sinalizando nova alta para, pelo menos, 6,25% na próxima reunião, e direcionando o mercado para um patamar de juros restritivo que, na nossa visão, deve ser acima de 7,5%.

Não quero soar excessivamente negativo. Existem diversas pautas econômicas avançando, como privatizações e pequenas reformas regulatórias que ajudam o ambiente de negócios do País.

Todavia, não posso deixar de ter os pés no chão e a noção de que o cenário de curto prazo se mostra desafiador.

Vinha alertando para um segundo semestre de maiores incertezas, mas errei em mensurar o tamanho e intensidade dos riscos.

Ainda sou da opinião de que parte relevante desses vetores podem ser endereçados de formas não muito complexas. Continuarei acreditando em nossa capacidade de superação, mas sem menosprezar os riscos envolvidos no cenário corrente.

De certa forma, isso traz algum alento, pois são em momentos como esse que oportunidades de investimentos são criadas para aqueles com visão de longo prazo e estômago para as incertezas e volatilidade do curto prazo.

SÓCIO DA TAG INVESTIMENTOS E ESPECIALISTA EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS.

GRADUADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS PELA PUC-RIO, ATUA NO MERCADO FINANCEIRO DESDE 2003

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para privatizar Eletrobras, governo cria estatal

PAULO CAPELLI E DIMITRIUS DANTAS
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com Selic em alta, crédito privado é estrela da vez na renda fixa

YASMIM TAVARES economia@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estudo aponta PIB potencial abaixo de 1% no ano que vem

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

INPC mais alto reduz "folga" no teto de gastos para R\$ 10 bi

Marta Watanabe e Anais Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Orçamento deve ter alta de R\$ 18 bi em despesas devido à alta do indexador

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Recuperação na UE ganha força, mas pode não durar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Crises periódicas obrigam à nova revisão do setor elétrico (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Falta de apoio militar freou radicalização, diz cientista político

Cristian Klein

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Dinheiro, política e democracia - BRUNO CARAZZA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

"Investidores veem Brasil como pária"

Alex Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187004?page=1§ion=1